

EDITORIAL

Vol. 11, Núm. 29, mai./ago., 2024.

Intitulado “**Perspectivas interseccionais no Direito**”, o **Número 29** da **Revista Culturas Jurídicas**, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), prossegue, com imensa honra, em seu **Volume 11**. A edição contém contribuições relevantes de diversos(as) pesquisadores(as) de excelência, os(as) quais agregam conhecimentos e perspectivas de alto valor à Academia e procuram manter a qualidade deste periódico, classificado pela CAPES no estrato **Qualis A4**.

Esta edição é composta por 8 artigos de vertente crítica, interdisciplinar e interseccional, desenvolvendo temas jurídicos e sociais valiosos, no contexto da América Latina e do Brasil, sob a ótica do Direito Constitucional e dos direitos fundamentais. Nesse sentido, são abordados temas como ecofeminismo, direito à cultura, desigualdade de gênero no planejamento urbano, violência contra mulheres negras, criminalização da LGBTfobia no Brasil, racialização da polícia no Brasil, educação jurídica multicultural e antirracista e reprodução da Outridade pelo Judiciário.

Assim, de modo central, o presente número foca em examinar o Direito sob perspectiva interseccional, nas óticas de gênero, raça e sexualidade, fazendo uma reflexão histórico-jurídica sobre as relações de domínio e de desigualdade existentes na sociedade capitalista e o papel da lei, do judiciário e da academia nesse contexto, de modo a se confrontar e eventualmente romper com as estruturas tradicionais hegemônicas, promovendo-se a efetivação dos direitos fundamentais e a pluralidade de perspectivas sociopolíticas.

O **primeiro artigo** desta edição, que tem por título “**Mulher e natureza: articulações e sentidos na América Latina**”, de autoria de **Tatiana de A. F. R. Cardoso Squeff** (Doutora em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia - PPGD-UFU, Minas Gerais, e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Rio Grande do Sul) e **Nicole Marie Trevisan** (Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal). Neste artigo, as autoras investigam a presença e a relação de mulheres latino-americanas com a proteção e a interação harmoniosa

com a natureza, como o ecofeminismo. A pesquisa se propõe a identificar as relações de poder, exploração e domínio sobre a natureza e as mulheres, estabelecendo relações entre ambas. As autoras pretendem romper com as estruturas coloniais, patriarcais e eurocentradas, ao mesmo tempo em que oferecem uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico de caráter socioambiental, holístico e que dá primazia para as experiências femininas do Terceiro Mundo.

O autor **Luis Ricardo Cabrera Cortés** é graduado em Relações Internacionais pela *Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla*, México; mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Brasil; e doutor pela *Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México*, no programa Estudos Latino-Americanos em Território, Sociedade e Cultura. Neste **segundo artigo**, que tem por título **“Derechos culturales e interculturalidad en Tlaxcala, México”**, é apresentado um importante relato acerca da consulta popular realizada em 2023, que reuniu diversos grupos culturais, acadêmicos e comunidades indígenas no intuito de discutir a proposta de Lei de Cultura e Direitos Culturais. Além da criteriosa análise técnica desenvolvida pelo autor, o testemunho vivo de como a democracia participativa tem o potencial de transformar as relações entre governo e sociedade. Simultaneamente, Cabrera analisa o caso de Tlaxcala, perpassando os desafios do constitucionalismo latino-americano frente às desigualdades e à globalização. A fagulha acesa pelo artigo não se destina apenas à reflexão de acadêmicos(as) e comunidades indígenas, mas convida ao desenvolvimento de novo olhar sobre a defesa do patrimônio e o direito à cultura.

O **terceiro artigo** desta edição, que tem por título **“Transgêneros: Nome Social, Nome e Gênero Registral”**, de autoria de **Germana Parente Neiva Belchior, Fabio Campelo Conrado de Holanda e Marcos Heleno Lopes Oliveira**. **Germana Parente Neiva Belchior** é Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora do curso de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7), Editora da Revista Jurídica da UNI7 e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Ecomplex: Direito, Complexidade e Meio Ambiente. **Fabio Campelo Conrado de Holanda** é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Procurador Federal da Advocacia-Geral da União. **Marcos Heleno Lopes Oliveira** é Mestre em Direito Privado pelo Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7), com pós-graduação em Direito Homoafetivo e de Gênero pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA), membro consultivo

da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB-CE e servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). O artigo analisa o direito das pessoas transgêneras à compatibilização de seu nome e gênero nos registros administrativos e civis, considerando a relevância dessas informações como elementos essenciais da identidade e dignidade pessoal. Com base em uma investigação bibliográfica, jurisprudencial e legislativa, a autora e os autores discutem os avanços e desafios jurídicos na garantia desse direito, abordando medidas estatais voltadas à inclusão e ao reconhecimento social das identidades trans. O estudo destaca a necessidade de se assegurar a correta identificação dessas pessoas no âmbito da Administração Pública e dos registros civis, reforçando a importância da autodeterminação de gênero como um direito fundamental.

O **quarto artigo** desta edição, que tem por título “**A violência estrutural contra as mulheres negras no Brasil: uma leitura interseccional**”, de autoria de **Marli Marlene Moraes da Costa** (Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC -, estágio de pós-doutorado em Direitos Sociais pela *Universidad de Burgos* - Espanha -, com Bolsa Capes; Professora do PPGD da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Rio Grande do Sul) e de **Etyane Goulart Soares** (Doutoranda em Direito pela, tendo realizado doutorado sanduíche, como pesquisadora visitante, na *Universidad de Santiago de Compostela* (USC), Espanha). O artigo aborda as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher, com destaque para a mulher negra, de forma a compreender as principais causas da continuidade das opressões e identificar o papel das políticas públicas no enfrentamento da problemática, numa perspectiva interseccional, de promoção da igualdade de gênero e de efetivação dos direitos humanos das mulheres vítimas de violência no Brasil.

Thais Janaina Wenczenovicz (Catedrática na *Universidad de Salamanca*, Espanha - Cátedra CAPES; Docente adjunta/pesquisadora sênior na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS; Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Direito/UNOESC, Santa Catarina. Professora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS) e **Cristian Anderson Puhl** (Mestrando no PPGICH-UFFS, Rio Grande do Sul; Bolsista CAPES. Jornalista, especialista em Ciências Sociais e em Comunicação e Marketing em Redes Digitais) regalam à revista importante reflexão crítica que interpela os(as) leitores(as) quanto ao papel dos Poderes na promoção de transformações sociais. O **quinto artigo**, que tem por título “**Gênero, Raça e Sexualidade: A Interseção que Resultou na Criminalização da LGBTfobia no Brasil**”, trata dos temas gênero, raça e sexualidade a partir do julgamento da ADO 26 e do MI nº 4733 pelo Supremo Tribunal Federal, a fim de resgatar os elementos

catalisadores da criminalização da LGBTfobia no Brasil. Fundamentado nas Epistemologias do Sul e em dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+, o texto analisa o papel do judiciário frente a omissões legislativas e em prol da transformação social. O texto não apenas adentra a questão da equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo e injúria racial, como coloca sob holofotes o punitivismo penal e seus limites como ferramenta de transformação social.

O **sexto artigo** desta edição, que tem por título **“Brabos, rixosos e insurretos: policiais rasos e performances de raça e gênero nos oitocentos”**, de autoria de **Fernanda Lima Silva** (doutora e mestra em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UnB; e Professora na Escola de Direito e Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Brasília). O artigo traz uma pesquisa histórico-jurídica e aborda a atuação de policiais de baixa patente, em maioria negros pobres, em Recife, principalmente no que tange à relação entre policiais e policiados. De maneira perspicaz, inovadora e necessária, a autora realiza um recorte de gênero e de raça para analisar a performance desses policiais e suas implicações. De maneira bastante provocativa, a autora narra e analisa em primeira pessoa as histórias dos casos selecionados como fontes primárias para a sua pesquisa, tornando o texto dinâmico e fluido. Em suma, “Brabos, rixosos e insurretos” tenta compreender os processos de estruturação e de racialização da polícia no Brasil.

O **sétimo artigo** desta edição, que tem por título **“A Branquitude e a Masculinidade na Pós-Graduação em Direito da UFPR: Contribuições para uma Educação Jurídica Multicultural e Antirracista”**, de autoria de **Patrícia Silveira da Silva** (Mestra e Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR -, Bolsista CAPES/PROEX, integrante do Núcleo de Criminologia e Política Criminal e do grupo Resistência Ativa Preta - RAP). O artigo oferece uma análise contundente sobre como a branquitude, a masculinidade e a colonialidade do saber estruturam as práticas acadêmicas e o currículo do PPGD/UFPR, perpetuando exclusões históricas e a supremacia de perspectivas hegemônicas. Ao confrontar essas dinâmicas, a autora aponta caminhos para uma transformação do ensino jurídico, defendendo uma educação que rompa com as barreiras da suposta neutralidade e incorpore uma pluralidade de vozes e vivências. Com rigor crítico, o texto convida o(a) leitor(a) a refletir sobre a urgência de se repensar o espaço acadêmico como um ambiente inclusivo e antirracista.

O **oitavo artigo** desta edição é intitulado **“O Judiciário como reprodutor da Outridade: reflexões a partir do pensamento de Grada Kilomba”**, de autoria de **Sandra**

Suely Moreira Lurine Guimarães (Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPR; e Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA) e de **Paloma Sá Souza Simões** (Doutoranda e Mestra em Direito pela UFPA; integrante dos Grupos de Pesquisa - CNPq - Filosofia Prática: investigações em política, ética e direito; e Professora Substituta da Faculdade de Direito da UFPA. A partir das ideias de Grada Kilombo, o trabalho apresenta, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, uma reflexão sobre a imposição da condição de Outridade aos sujeitos negros, desde o passado ao presente, e sobre como o sistema judiciário e o ensino jurídico brasileiros participam na reprodução de tal condição, tanto na dimensão prática quanto na institucional.

Assim, esperamos que as colaborações apresentadas nesta edição da Revista Culturas Jurídicas avancem a perspectiva interdisciplinar, crítica e plural no Brasil e na América Latina, nas searas acadêmica, social e jurídica. Aproveitamos para agradecer às autoras e aos autores pelos excelentes artigos e pelo empenho em suas respectivas pesquisas, com a lembrança de que as portas da RCJ estão sempre abertas para receber conteúdos de qualidade que somem na expansão das culturas jurídicas e da epistemologia crítica.

Enzo Bello

(Editor-Chefe da RCJ)

Mestranda Nathália Damasceno Victoriano

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Pedro Gabriel da Conceição Pereira

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Bianca Faria Ferreira

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Luísa Barreto de Albuquerque Ebrahim

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Michelle Pereira Malaquias

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Letícia Carvalho Massacesi Soares

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Arthur Tavares Francioni Lopes

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestrando Carlos Eduardo Famadas

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestrando Mark Clark Lopes de Moraes

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestrando Rafael Ferreira de Albuquerque Costa

(Editor-Assistente da RCJ)